

TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO REMUNERADO
Nº 0121599000

Pelo presente instrumento, de um lado a **SÃO PAULO URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO**, com sede nesta Capital, na Rua São Bento, 405 – 16º andar, inscrita no CNPJ sob n.º 43.336.288/0001-82, representada neste ato por seu Diretor de Gestão e Finanças, Mario Wilson Pedreira Reali, brasileiro, arquiteto, solteiro, portador do RG nº 4.290.004-09 SSP/SP e do CPF 030.583.648-06 e por seu Diretor de Desenvolvimento, Gustavo Partezani Rodrigues, brasileiro, solteiro, arquiteto e urbanista, portador da cédula de identidade RG nº 25.662.865 e inscrito no CPF nº 245.821.798-27 ambos domiciliados no endereço acima citado, doravante designada **SÃO PAULO URBANISMO** e de outro lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA DA PENHA**, com sede na Rua Candapuí, 492, Vila Marieta, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 05.640.643/0001-76 neste ato representada por seu Subprefeito, Pedro Guastaferrro Júnior, brasileiro, servidor público municipal, casado, portador do RG nº 7.909.642-6 SSP/SP, CPF 033.266.768-59 e do RF nº 502.838.8, doravante denominada "PERMISSIONÁRIA", firmam o presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DECLARAÇÕES INICIAIS

- 1.1 A **SÃO PAULO URBANISMO** é proprietária e legítima possuidora do imóvel localizado à Rua Leopoldo de Freitas nº 444, esquina com a Rua Ricardo Vilela, Penha, nesta capital, com área total de 565,94m², matriculado sob nº 125.307 no 12º Ofício de Registro de Imóveis da Capital, lançado ao Contribuinte 061.069.0030-2, concede seu uso à **PERMISSIONÁRIA**, a título precário e gratuito.

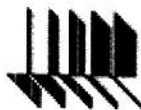
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO E SUA DESTINAÇÃO

- 2.1 Constitui objeto deste instrumento a permissão de uso em caráter precário, não onerosa e intransferível a terceiros, do imóvel de 565,94 m² (quinhentos e sessenta e cinco vírgula noventa e quatro metros quadrados), bem como benfeitoria ali construída pela EMURB – Empresa Municipal de Urbanização, atual **SÃO PAULO URBANISMO – SP Urbanismo**, do imóvel descrito na Cláusula Primeira, obrigando-se a **PERMISSIONÁRIA** a destiná-lo a atividades culturais, esportivas e sociais.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

- 3.1. A presente permissão de uso vigorará por prazo indeterminado, iniciando-se a partir da data de sua assinatura.
- 3.2 À **SÃO PAULO URBANISMO** é reservado o direito de revogar a presente permissão de uso, a qualquer tempo, exigindo a restituição do imóvel livre e desembaraçado de pessoas e coisas, nas mesmas condições em que foi entregue, mediante simples notificação, dada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Renata Eiras dos Santos
OAB-SP 346.055
Advogada



Folha nº 24
012159900

CLÁUSULA QUARTA - DESPESAS

- 4.1 Todas as despesas de seguros, tarifas de água e esgoto e, ainda, as referentes ao consumo de luz, telefone e internet, bem como impostos ou taxas que incidam sobre o imóvel ora permissionado, serão pagas pela PERMISSONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PERMISSONÁRIA**São obrigações da PERMISSONÁRIA:**

- 5.1 Realizar todas as obras e os reparos necessários à utilização do imóvel, inclusive calçada e telhado, bem como zelar pela guarda e uso do imóvel ora permissionado.
- 5.2 Apresentar à SÃO PAULO URBANISMO, o projeto de qualquer instalação que pretenda realizar no imóvel, às suas expensas, respondendo a PERMISSONÁRIA, nesse caso, inclusive perante terceiros por eventuais danos resultantes dos serviços ou trabalhos que realize no imóvel ocupado.
- 5.3 Satisfazer a todas as intimações dos poderes públicos, assumindo toda a responsabilidade por quaisquer penalidades aplicadas no curso da permissão de uso, decorrentes de sua utilização.
- 5.4 Fazer, às suas expensas, as reparações dos danos causados ao imóvel, durante a vigência da permissão de uso;.
- 5.5 Findo o prazo ou rescindida a permissão de uso, a PERMISSONÁRIA, obriga-se a restituir o imóvel permissionado, completamente desocupado, tal como ora o recebe, sem danos ou faltas, salvo os desgastes naturais de uso independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEXTA - TRANSFERÊNCIA

- 6.1 A PERMISSONÁRIA não poderá dar outra destinação à área que não seja a mencionada na cláusula segunda, ou transferi-la, no todo ou em parte, a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - BENFEITORIAS

- 7.1 A PERMISSONÁRIA poderá fazer no imóvel, por sua conta e mediante autorização prévia, dada por escrito pela SÃO PAULO URBANISMO, as benfeitorias que julgar necessárias ao seu uso regular observadas as posturas municipais pertinentes.

Renata Eiras dos Santos
OAB-SP 346.955
Advogada

- 7.2 Toda e qualquer benfeitoria ou acessão que a ~~PERMISSIONÁRIA~~ venha a executar no imóvel, ainda que necessária, passará a integrá-lo, não podendo constituir-se em motivo de embargo ou retenção, que, de tal direito e de pleitear qualquer indenização ou pagamento, já neste ato renuncia expressamente.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

- 8.1 À SÃO PAULO URBANISMO se reserva o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas neste termo.
- 8.2 A não restituição imediata do imóvel pela PERMISSIONÁRIA, nas hipóteses estabelecidas neste termo caracterizará esbulho possessório e ensejará a sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse, com direito a liminar.
- 8.3 A PERMISSIONÁRIA declara ter vistoriado o imóvel objeto da permissão, recebendo-o e se comprometendo a realizar as obras necessárias para o uso a que se destina, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições de conservação e limpeza.
- 8.4 Fica facultado à SÃO PAULO URBANISMO examinar ou vistoriar o imóvel objeto da permissão quando julgar conveniente ou necessário, respeitando as limitações legais e as particularidades do uso.

CLÁUSULA NONA - NOVAÇÃO

- 9.1 Qualquer tolerância ou concessão entre as partes, não implicará em alteração do estabelecido neste termo, nem em novação das obrigações assumidas, que não constituirão precedente por elas invocável.

CLÁUSULA DÉCIMA - COMUNICAÇÕES

- 10.1 Todas as comunicações decorrentes deste instrumento somente serão consideradas válidas se efetuadas através de correspondência, devidamente protocolizada, endereçada à SÃO PAULO URBANISMO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

- 11.1 O Foro da Comarca da Capital de São Paulo, em uma das Varas da Fazenda Pública, é o competente para dirimir eventuais questões decorrentes deste Termo de Permissão de Uso.

re l.

Renata Eiras dos Santos
OAB-SP 346.055
Advogada





SP-URBANISMO

Folha nº 26
012159900

E depois de lidas e achadas conforme e por estarem as partes de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.


São Paulo, 09 de junho de 2015.

Pela SÃO PAULO URBANISMO


Mario Wilson Pedreira Reali
Diretor de Gestão e Finanças



Gustavo Partezani Rodrigues
Diretor de Desenvolvimento

Pela PERMISSIONÁRIA


Pedro Guastaferrero Junior
Subprefeito da Penha

Testemunhas:


Tercio Ruiz Ruggieri
Analista Administrativo


Sandra Bispo
Assis. Administrativo
SPUrbanismo

Renata Eiras dos Santos
OAB-SP 346.055
Advogada
